



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

Contrato

CONT-SAF-ANTAQ Nº 21/2019

PROCESSO Nº 50300.008343/2019-24

**TERMO DE CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE Nº
21/2019, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DA
AGÊNCIA NACIONAL
DE TRANSPORTES
AQUAVIÁRIOS –
ANTAQ E A EMPRESA
INTELIGÊNCIA DE
NEGÓCIOS, SISTEMAS
E INFORMÁTICA LTDA.**

A AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ,arquia especial, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, criada pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, e alterações posteriores, estabelecida no SEPN Quadra 514, Conjunto “E”, Asa Norte, CEP 70760-545, Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.903.587/0001-08, a seguir denominada **ANTAQ**, neste ato representada pelo Superintendente de Administração e Finanças, Sr. **JOELSON NEVES MIRANDA** brasileiro, casado, RG nº [REDACTED], CPF/MF nº [REDACTED], residente e domiciliado nesta capital, nomeado pela Portaria nº 52, de 28 de fevereiro de 2018, publicada no D.O.U. de 01.03.2018, com poderes conferidos pela Resolução nº 6.482, de 13 de novembro de 2018, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS, SISTEMAS E INFORMÁTICA, LTDA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 06.984.836/0001-54, sediada na Av. Queiroz Filho, 1700 - Sala 907 - Edifício. Sky Tower, Jaguaré, em São Paulo/SP - CEP: 05319-000, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **VAGNER LUIS DE AVEIRO**, portador da Carteira de Identidade

nº [REDACTED], e CPF nº [REDACTED], tendo em vista o que consta no Processo nº 50300.008343/2019-24 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e da Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 54/GAP-BR/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a expansão da solução de inteligência de negócios (Data discovery e ETL) com contratação de suporte técnico, atualização de versão e treinamento, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Item	Item Ata	Descrição	Quantidade	Preço da ARP	Preço Total
1	18	Prestação de serviços de atualização, manutenção e suporte de licenças Named User Cal do software Qlik View, pelo período de 12 (doze) meses.	15	R\$ 1.053,00	R\$ 15.795,00
2	28	Prestação de serviços de atualização, manutenção e suporte do servidor Qlik View Information Access Server, pelo período de 12 (doze) meses.	1	R\$ 61.000,00	R\$ 61.000,00
3	24	Prestação de serviços de atualização, manutenção e suporte via tokens do servidor QlikSense Site, pelo período de 12 (doze) meses.	10	R\$ 1.314,00	R\$ 13.140,00
4	16	Licenças perpétuas de software QlikSense Analyzer com usuário identificado, permissão de visualização de número ilimitado de aplicações de análise estratégica e gerencial	15	R\$ 3.900,00	R\$ 58.500,00
5	13	Licença Perpétua de uso de software do tipo servidor QlikView Nprinting Server	1	R\$ 152.100,00	R\$ 152.100,00
6	32	Suporte técnico, upgrades e updates por 12 meses para o item 16, por unidade de licença adquirida	15	R\$ 780,00	R\$ 11.700,00
7	38	Consultoria	500 horas	R\$ 250,00	R\$ 125.000,00
Preço Total			R\$ 437.235,00		

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, no período de 19.12.2019 a 19.12.2020, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, para os itens de natureza continuada (itens 18, 28, 24, 32, 38) desde que haja autorização formal da autoridade competente.

2.2 Em relação às contratações de natureza não continuada (itens 16 e 13), a prorrogação se dará de acordo com o §1º do Artigo 57 da Lei 8.666/ 1993.

2.3. Na hipótese do item 2.1, deverão ser observados, ainda, os seguintes requisitos:

2.3.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.3.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.3.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.3.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de **R\$ 437.235,00 (quatrocentos e trinta e sete mil duzentos e trinta e cinco reais)**.

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 68201/682010

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 26.122.2126.2000.0001 – Administração da Unidade - Nacional

Elemento de Despesa: 3390.40.21 – *Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica - Serviços Técnicos Profissionais de TIC;*

4490.40.05 – *Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica - Aquisição de Software Pronto*

PI: A200

Nota de empenho: 2019NE801294 e 2019NE801295, ambas de 17 de dezembro de 2019.

4.2. No (s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5.1 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se

definidos no Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. O valor do objeto desta licitação referente ao item 18 do lote 01 é fixo e irrevogável. O valor contratado para os demais itens poderão ser reajustados anualmente pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, ocorrida no período compreendido entre a data de entrega da proposta e do primeiro aniversário de apresentação da proposta.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 21.861,75 (vinte e um mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta e cinco centavos), podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VTT-F da IN SEGESIMPDG n. 5/2017.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art.78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília-DF-Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

JOELSON NEVES MIRANDA

VAGNER LUIS DE AVEIRO

TESTEMUNHAS:

1) Nome: Eliana Bontempo Rabelo

CPF: [REDACTED]

2) Nome: Claudemberg Silva de Moraes

CPF: [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **Vagner Luis de Aveiro, Usuário Externo**, em 19/12/2019, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Joelson Neves Miranda, Superintendente de Administração e Finanças**, em 19/12/2019, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudemberg Silva de Moraes, Analista Administrativo**, em 19/12/2019, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Bontempo Rabelo, Coordenador de Gestão de Contratos**, em 20/12/2019, às 07:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **0933512** e o código CRC **51A56516**.